



VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT) – Comunicação de Líder, pela oposição: Prezada Presidenta Mônica Leal, eu quero cumprimentá-la e cumprimentar todos os convidados e todas as autoridades que estão aqui, inclusive, para a homenagem da Semana da Pátria. Não existe Pátria sem cidadania. Parte deste plenário que está aqui hoje está na iminência de ser despejado – eles e suas famílias – pela estrutura pública municipal. Eu quero aqui, meninas do Mato Sampaio, Bom Jesus, fazer a seguinte reflexão:

primeiro, que eu estou muito feliz com este debate no qual a Câmara toda está envolvida e encontrando a solução. Esse não é um tema de oposição e situação. Esse é um tema da cidade que não pode excluir os seus cidadãos, é um tema de cidadania. Quero fazer uma referência aqui, principalmente, ao líder Mauro Pinheiro, para poder prestar as informações que nós construímos nesses três, quatro dias. Primeiro, em 1988, saiu a Constituição, onde já consta o uso social da terra. Logo depois, em 2001, o Estatuto da Cidade, e, no Estatuto da Cidade, diz o seguinte: “Todas as famílias, que estão em cima de área pública municipal, estadual, federal tem o direito adquirido da concessão do uso especial do solo para fim de moradia.” Portanto, esse é um direito adquirido! (Palmas.)

(Procede-se à apresentação de imagens.)

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Na cronologia do tempo, ali está o empreendimento da Rossi, que teve seu estudo de viabilidade urbanística aprovado em 2009, 2010. E vejam só, nós não estamos aqui querendo tirar o direito da empresa de constituir, nós estamos aqui dizendo para o Município que ele tem que olhar os dois lados. Nesta imagem dá para ver a comunidade vizinha, e naquela faixa amarela é onde tem a reintegração de posse nesse momento. Ver. Idenir Cecchim, a lei que existe não pega ali, porque essa é uma área pública municipal e está gravada no Plano Diretor como área de praça. Então nós temos que transformar a área de praça em Área Especial de Interesse Social – AEIS, que é a lei que está pronta, que construímos com muitas mãos, e pedimos à CCJ que dê o parecer para que, segunda-feira, possamos votar isso. Por que segunda-feira? Porque a reintegração está marcada para o dia 10, e o juiz tem que receber isso aqui antes. Digo mais: em 2012, a Prefeitura aprovou os projetos da

empresa. Aí está o projeto já construído, aí está a comunidade ao lado, quem foi que fez essas obras? Quem foi que fez? (Manifestações nas galerias.) Eles construíram esses edifícios. Agora, constroem os edifícios e tiram os pobres do lado. Não dá, isso é higienização. Olhem essas imagens: aqui é em frente à CEEE; aqui é a vista da Av. Ipiranga. É um belo empreendimento. Agora, se a Prefeitura está exigindo dos condomínios Guanabara e Toscana que eles façam a praça para dar o habite-se, a Prefeitura tem que dar o habite-se para o empreendedor sem a praça. É isso, Cassiá, que também tem que ser colocado aqui, porque nós não queremos tirar de uns em detrimento dos outros, nós queremos o direito para todos. Isso foi feito em 2012. Em 2012, Mauro, a Prefeitura entrou na justiça para retirar essas famílias. Nunca os chamou para uma audiência, para ver a lei, o contraditório e assim por diante. Agora, no dia 26 de agosto, chegou lá com uma nota de despejo. Pergunta se entrou o conselho tutelar lá, pergunta se a nossa Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social foi lá, pergunta se o DEMHAB foi lá. Ninguém foi lá, e a lei diz que, se tiver que fazer qualquer despejo, tem que cadastrar as famílias, tem que identificar quantas crianças, quantos idosos tem. Neste momento, nada disso foi feito, então o Município está devendo para a cidade sob esse ponto de vista. E nós estamos aqui aliançados para dizer que esta comunidade tem o direito adquirido para morar ali, porque já estão lá há 50, 60, 70 anos. Então, Mauro, o prefeito municipal imediatamente tem que mandar para o Tribunal uma mensagem. Suspende! Suspende para nós encontrarmos a solução, e segunda-feira votaremos a lei para que seja restabelecida essa relação.

Cumprimento a comunidade, todos os colegas vereadores que estão empenhados. Quem tem direito à moradia tem que ser beneficiado com esse direito, e a comunidade Mato Sampaio tem esse direito. Um grande abraço.

(Texto sem revisão final.)